



Anais da Assembléia

Nº 66

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado ANTONIO COSTENARO NETO
PDT	Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado ERNANI PUDELL
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Elío Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volkmir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Jensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTES no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rossinha, Edson Silva Lino, Luiz Antonio Setti, Ovídio Constantino e Plauto Miró Guimarães (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 15/92

Curitiba, 07 de abril de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados

Dando cumprimento ao disposto no artigo 20 da Lei Estadual nº 9647, de 11 de julho de 1991 e no art. 6º da Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, estamos comunicando que estamos procedendo à

primeira correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido, de 90% é decorrente do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, acumulado no trimestre, sendo 24,48% referente ao mês de janeiro, 25,92% referente ao mês de fevereiro e 23%, correspondente a estimativa do índice para o mês de março, conjugado com a projeção da arrecadação das receitas estaduais.

Tendo em vista que serão obedecidas as regras de estatística no que se refere aos arredondamentos, o Orçamento Geral do Estado passará a ter a seguinte composição:

	Cr\$ Milhões
- Orçamento Fiscal	4.495.892
- Orçamento Próprio da Administração Indireta (Exclusive transferência do Tesouro)	804.297
- Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (Exclusive transferências do Tesouro)	7.813.936
TOTAL GERAL	13.114.125

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as minhas expressões de estima e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 035/92

Curitiba, 18 de maio de 1992.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrêgia Assembleia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.276.343.000,00 (seis bilhões, duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Colégio Estadual do Paraná, Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIDE e do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovados pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com a recuperação e adaptação de unidades escolares, compras de papéis, chapas de alumínio e manutenção das entidades citadas.

Esclareço também que os recursos para

a cobertura da referida programação, são decorrentes de superávit financeiro, apurado nos Balanços Patrimoniais das Entidades referentes ao exercício de 1991.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Aprova crédito suplementar, alterando os vigentes Orçamentos Próprios da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Colégio Estadual do Paraná, Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIDE e o Departamento de Trânsito - DETRAN.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte

lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.276.343.000,00 (seis bilhões, duzentos e setenta e seis milhões, trezentos e quarenta e três mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Colégio Estadual do Paraná, Departamento de Imprensa Oficial do Estado - DIDE e do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovados pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado nos Balanços Patrimoniais das Entidades referentes ao exercício de 1991.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 036/92

Curitiba, 18 de maio de 1992.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembléia Legislativa

Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, procedendo simultaneamente à conversão de fontes, visando atender despesas com a realização de obras relativas ao projeto 4490.16885371.021- Construção de Rodovias.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações da própria entidade e da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.000.000.000,00 (dezenove bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações da Chefia do Poder Executivo e da Secretaria de Estado dos Transportes, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER e o Orçamento de Investimento da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, aprovados pela Lei Estadual nº 9883, de 26 de dezembro de 1991, ficando simultaneamente procedida a conversão de fontes, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO		I		CRS 1.000,00	
CODIGO		ESPECIFICACAO		VALOR	
		INATUREZA		IN. DOI	
		I DA IFTIDI		IPROCI	
		IDESPESA I IRI		ICOP I	
4300	ISECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I	I	I
	ITRANSPORTES	I	I I I	I	I
		I	I I I	I	I
4302	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I	I	I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I	I	I
2718	IPROGRAMACAO A CARGO DO DER	I	4311.02100ILI	19.000.000	10178I
T O T A L		I		19.000.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O		I I		FL. 01		I	
ANEXO						CRS 1.000,00		I	
CODIGO		ESPECIFICACAO		INATUREZA		VALOR		IN.DOI	
I		I		I DA IFTIDI		I		IPROCI	
I		I		IDESPESA I IRI		I		ICDP I	
0900	I	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO		I	I	I	I	I	I
	I			I	I	I	I	I	I
0902	I	IGABINETE DO SECRETARIO - CASA		I	I	I	I	I	I
	I	ICIVIL - ENTIDADES VINCULADAS		I	I	I	I	I	I
1005	I	IINVESTIMENTO PARA PRODUCAO E		I	I	I	I	I	I
	I	IDISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA		I	I	I	I	I	I
	I	I- COPEL		I	4140.00	I00ILI	2.000.000	I0178I	I
	I			I	I	I	I	I	I
4300	I	ISECRETARIA DE ESTADO DOS		I	I	I	I	I	I
	I	ITRANSPORTES		I	I	I	I	I	I
	I			I	I	I	I	I	I
4302	I	IGABINETE DO SECRETARIO -		I	I	I	I	I	I
	I	IENTIDADES VINCULADAS		I	I	I	I	I	I
1022	I	IPROGRAMA BID IV - DER		I	3211.03	I00ILI	7.000.000	I0178I	I
	I			I	3211.03	I21ILI	10.000.000	I0178I	I
-----		*-----*		*-----*		*-----*		*-----*	
				T O T A L		I	19.000.000	I	

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº ATG 0457/92, do Senhor Governador do Estado, encaminhando prestação de contas da Receita do Estado, referente ao exercício financeiro de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 0859/92, do Senhor STENIO SALES JACOB - Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pelos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, "sobre projetos ambientais concluídos, em execução e programados". Ao conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Sob o nº ATCC 1804/92, do Senhor CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado à Secretaria de Estado da Fazenda, pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, "sobre demonstrativo financeiro do mês de março/92". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº ATCC 1822/92, do Senhor CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado à Secretaria de Estado da Administração, pelo Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, sobre "Previdência Estadual". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o nº 006/92-DEAP, do Senhor ERICKSON DIOTALEVI - Diretor Geral da Secretaria de Estado da Administração, encaminhando Prestação de Contas do Departamento Estadual de Arquivo Público - DEAP, referente ao exercício de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº 062/92-GAB/DETO, do Senhor ALCEBIADES SPREA - Diretor do Departamento Estadual de Transporte Oficial, encaminhando Prestação de Contas do Departamento Estadual de Transporte Oficial - DETO, referente ao exercício financeiro de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº GAPRE-92/233, do Senhor JOSE PAULO DORNELLES CAIROLI - Diretor Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, encaminhando documentos relativos à Prestação de Contas do Banco - Agência de Curitiba/Paraná, pertinente ao exercício financeiro de 1991. Ao conhecimento da Casa.

Indicações:

INDICAÇÃO

O Deputado que o presente subscreve, na qualidade de líder do Partido de Reconstrução Nacional (PRN), REQUER que sejam incluídos, nas Comissões Permanentes da Casa, os Senhores Deputados pertencentes a este Partido, conforme abaixo:

Comissão da Agricultura, Indústria e Comércio

Valdir Rossoni

Suplente: Lourenço Fregonese

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Luiz Carlos Alborghetti

Suplente: Valdir Rossoni

Comissão de Finanças

Lourenço Fregonese

Suplente: Nelson Justus

Comissão de Orçamento

Nelson Justus

Suplente: Lourenço Fregonese

Comissão de Constituição e Justiça

Nelson Justus

Suplente: Lourenço Fregonese

Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Lourenço Fregonese

Suplente: Luiz Carlos Alborghetti

Comissão de Redação

Lourenço Fregonese

Suplente: Nelson Justus

Comissão de Tomada de Contas

Nelson Justus

Suplente: Luiz Carlos Alborghetti

Comissão de Turismo

Lourenço Fregonese

Suplente: Nelson Justus

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

Luiz Carlos Alborghetti

Suplente: Valdir Rossoni

Comissão de Segurança Pública

Luiz Carlos Alborghetti

Suplente: Lourenço Fregonese

Comissão de Saúde Pública

Lourenço Fregonese

Suplente: Nelson Justus

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

Lourenço Fregonese

Suplente: Luiz Carlos Alborghetti

Comissão de Fiscalização

Nelson Justus

Suplente: Lourenço Fregonese

Sala das Sessões, em 20.05.92

(a) NELSON JUSTUS

Líder do PRN

INDICAÇÃO

Tenho a honra de indicar a essa Presidência, o nome do Deputado Dalton Machuca, para, nos termos regimentais, compor como suplente do Deputado Colombino Grassano, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Ao ensejo renovo-lhe meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 20.05.92

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder do PL

INDICAÇÃO

O Deputado que este subscreve, Líder da Bancada do Partido Democrático Trabalhista - PDT, vem a presença de Vossa Excelência indicar a designação dos Deputados abaixo relacionados para, em nome do Partido, comporem as Comissões Permanentes da Casa na condição de membros efetivos e suplentes, observada a ordem de indicação:

A - COMISSÃO DE FINANÇAS:

Deputado Paulo Maia

Deputado Albino Corazza

B - COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Deputado Albino Corazza

Deputado Paulo Maia

C - COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

Deputado Albino Corazza

Deputado Cezar Silvestri

D - COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES:

Deputado Cezar Silvestri

Deputado Albino Corazza

E - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Deputado Albino Corazza

Deputada Emília Belinati

F - COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO:

Deputado Cezar Silvestri

Deputado Albino Corazza

G - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Cezar Silvestri

Deputado Albino Corazza

H - COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA:

Deputado Paulo Maia

Deputada Emília Belinati

I - COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Deputada Emília Belinati

Deputado Paulo Maia

J - COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:

Deputado Paulo Maia

Deputado Cezar Silvestri

L - COMISSÃO DE TURISMO:

Deputada Emília Belinati

Deputado Paulo Maia

M - COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE:

Deputada Emília Belinati

Deputado Paulo Maia

N - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Deputado Cezar Silvestri

Deputado Paulo Maia

Sala das Sessões, em 20.05.92

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

Líder do PDT

INDICAÇÃO

Com os nossos respeitosos cumprimentos, comparecemos a Vossa Excelência, para proceder à indicação dos Senhores Deputados da Bancada do PFL, que participará das Comissões Técnicas dessa Casa:

Comissão de Finanças:

Titular: NELSON GARCIA

Suplente: BASÍLIO ZANUSSO

Comissão de Orçamento:

Titular: NELSON GARCIA

Suplente: PLAUTO MIRO GUIMARÃES FILHO

Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: ANTONIO COSTENARO NETO

Suplente: PLAUTO MIRO GUIMARÃES FILHO

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Titular: ÉLIO LINO RUSCH

Suplente: DUILIO GENARI

Comissão de Educação, Cultura e Esportes

Titular: BASÍLIO ZANUSSO

Suplente: DUILIO GENARI

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

Titular: ANTONIO COSTENARO NETO

Suplente: LUÍS ANTONIO SETTI

Comissão de Segurança Pública

Titular: DUILIO GENARI

Suplente: ANTONIO COSTENARO NETO

Comissão de Saúde Pública

Titular: LUÍS ANTONIO SETTI

Suplente: NELSON GARCIA

Comissão de Redação

Titular: BASÍLIO ZANUSSO

Suplente: LUÍS ANTONIO SETTI

Comissão de Tomada de Contas

Titular: LUÍS ANTONIO SETTI

Suplente: ÉLIO LINO RUSCH

Comissão de Turismo

Titular: ÉLIO LINO RUSCH

Suplente: ANTONIO COSTENARO NETO

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
Titular: PLAUTO MIRO GUIMARÃES FILHO
Suplente: NELSON GARCIA

Comissão de Fiscalização da Assembléia
Legislativa

Titular: DUILIO GENARI
Suplente: BASILIO ZANUSSO

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos com protestos de apreço e distinguida consideração.

Sala das Sessões, em 20.05.92

(a) COSTENARO NETO

Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 565/91, que regulamenta a prática de esportes náuticos no litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

De acordo com informações conseguidas junto à Capitania dos Portos do Estado do Paraná, existe uma nova legislação, daí a razão do projeto ser adaptado a nova realidade jurídica pertinente à matéria.

REQUERIMENTO N° 751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 605/91, pelo prazo de 10 sessões.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 583/91, de minha autoria, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo a dar o mesmo tratamento à Companhia de Desenvolvimento de Londrina - CODEL, com referência à dívida do Município de Londrina e o Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 748

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Brasília nos dias 19 e 20 do corrente.

Para tanto, comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente REQUER as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 733

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja solicitado ao Senhor Governador, Dr. ROBERTO REQUIÃO, a concessão da "Gratificação de Regência de Classe" aos professores que se aposentaram antes da vigência da lei que a instituiu.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 744

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor Erasmo Piloto, ocorrido nesta Capital.

Propõe mais, que da manifestação desta Assembléia seja dada ciência à família do extinto.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Morto aos 81 anos, o ilustre Professor Erasmo Piloto, deixou um grande legado às instituições públicas paranaenses, especialmente para as áreas educacionais.

Homem de grande perspicácia e de formação erudita, foi sempre um estudioso das causas da educação.

Em sua gestão à frente da Secretaria Estadual da Educação e Cultura, defendia o ensino primário como sendo a fase fundamental para o pleno desenvolvimento da educação.

Ainda como Secretário de Estado, criou o "Método de Alfabetização Erasmo Piloto", criou também o Projeto de Lei Orgânica para a educação do Estado e, instituiu programas experimentais para o curso primário, entre outros feitos, foi criador do importante Instituto Pestalozzi.

O professor Erasmo fundou a Revista Pedagógica, que tinha como concepção precípua, engendrar métodos para o ensino primário, além de ser autor de diversas obras de cunho pedagógico, histórico e sobre a condição humana.

Não obstante, a importantíssima colaboração e participação acerca das questões educacionais, o professor Erasmo Piloto foi Auditor do Tribunal de Contas do Paraná em 1951.

Em seu vasto currículo, consta também o convite da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos para enriquecimento "on fi-pe", isto é, fornecimento de registros de

verbetes educacionais.

Finalmente, a UFPR outorgou-lhe o título de Professor "Honoris Causa".

Portanto, considerando-se a magnitude e importância de suas obras e do seu trabalho incansável pelo desenvolvimento das questões de educação e cultura, acreditamos justa a inclusão da homenagem do professor Erasmo Piloto, nos Anais da Casa de Leis do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 719

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades abaixo relacionadas, solicitando providências no sentido de que sejam reequipadas as escolas estaduais de Maringá, conforme específica:

a) Ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião;

b) Ao Secretário de Estado da Educação, Dr. Elias Abraão;

c) Ao Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, Dr. Maurício Requião de Mello e Silva.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

As escolas da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus, muitas delas encontram-se com dificuldades para desenvolver suas atividades educacionais, por falta de móveis, carteiras, mimeógrafos, máquinas de escrever, material de laboratório, maior acervo de livros em suas bibliotecas e de outros equipamentos.

A educação é preconizada como fundamental em todo sistema sócio-econômico-político, e verbas vultosas são destinadas a esse setor.

No Orçamento do Estado do Paraná para 1992, esta Casa de Leis votou um valor superior a 8 bilhões de cruzeiros, destinados ao apoio logístico das escolas estaduais, entre eles o reequipamento das escolas estaduais.

Queremos uma parcela desses recursos aplicados nas escolas estaduais de Maringá, que estão pedindo socorro para atender suas necessidades.

REQUERIMENTO Nº 720

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A MESA, ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades abaixo discriminadas, solicitando providências para implantação do Sistema de Atendimento à Emergência, prestado pela Corporação do Corpo de Bombeiros, no Município de Maringá, conforme justifica:

a) Ao Governador do Estado do Paraná,

Dr. Roberto Requião;

b) Ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. José Moacir Favetti;

c) Ao Comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Roberto Cidade.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

O Sistema de Atendimento à Emergência, instituído pela Corporação do Corpo de Bombeiros, atendendo atualmente a Cidade e Região Metropolitana de Curitiba, tem dado um atendimento emergencial às vítimas de acidentes com toda a infra-estrutura necessária a um bom atendimento a essas pessoas.

Acontece, porém, que Maringá e região não tem, junto ao Corpo de Bombeiros local esse atendimento especializado, bem como não tem os equipamentos e pessoal treinado para esse fim.

Consta do Orçamento Estadual para 1992 a implantação e expansão do SIATE em duas regiões do Estado, bem como a aquisição de mais três ambulâncias para esse atendimento.

Daí, a razão deste nosso requerimento.

REQUERIMENTO Nº 739

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A MESA, ouvido o Plenário, oficie-se às autoridades abaixo relacionadas, solicitando transferência de recursos financeiros, oriundos do Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR, para as entidades assistenciais do Município de Maringá, conforme passa a justificar:

a) Ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião;

b) Ao Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana;

c) Ao Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, Deputado Djalma de Almeida César;

d) Ao Diretor Superintendente do Serviço de Loterias do Paraná, Senhor Nassib Jabur.

Sala das Sessões, em 20.05.92

(a) JOSE ALVES

JUSTIFICATIVA:

A recessão econômica que assola o Brasil, em todos os setores, tem atingido principalmente a classe social dos menos favorecidos pela sorte. São as famílias pobres as que mais têm sofrido com as dificuldades que o País vem atravessando.

O próprio Governo Federal, na pessoa do Presidente Collor, afirmou, há poucos dias atrás, que "O Estado está falido!" O desemprego é a consequência primeira da recessão, e a fome campeia os lares dos menos favorecidos. Os saques a supermerca-

dos no Rio de Janeiro e em São Paulo são provas incontestas dessa verdade.

O Governo do Estado do Paraná, se não quiser presenciar cenas dessa natureza também aqui no Paraná, precisa tomar medidas objetivas que minimizem as necessidades dos mais pobres.

Nesta época, as entidades assistenciais são as mais procuradas, na busca de recursos materiais e alimentos para cobrir, em parte, as dificuldades das famílias carentes de recursos financeiros.

As verbas normais, destinadas a essas entidades, são insuficientes, em vista da demanda de atendimentos feitos. E, quando as entidades assistenciais não tiverem mais recursos financeiros para o pronto atendimento, a população carente tentará outros meios, que não são os meios legais.

O Serviço de Loterias do Paraná - SERLOPAR, através do Gabinete da Casa Civil e da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social, tem liberado recursos para atendimento a entidades sociais.

Solicitamos que haja um reforço de recursos financeiros para as entidades assistenciais de Maringá.

É uma emergência, Senhor Presidente, Senhores Deputados! É um estado de calamidade pública, gerado pelo desemprego, pela fome, pela falta de recursos para os mais pobres.

REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que seja viabilizado o envio de mais viaturas, com recursos do FUNRESPOL, para o Município de Umuarama, a serem alocadas no Distrito de Perobal.

Do aprovado, requer ainda, envio de correspondência aos ilustres Senhores Prefeito de Umuarama, Alexandre Ceranto, ao Presidente da Câmara, Inácio Pereira Pinto e ao Vereador Sebastião Calixto Barbosa.

Sala das Sessões, em 20.05.92

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A adversidade sócio-econômica afetou a sociedade como um todo, agravando as condições de vida da população, especialmente aquela menos favorecida financeiramente. Aumentou o nível de desemprego, o êxodo rural, o inchaço das grandes cidades, etc.

A marginalidade cresceu e a escalada de violência progrediu em níveis assustadores, necessitando em contrapartida uma melhor preparação e adequação do aparato repressivo.

A população sente-se insegura com esse

quadro, e os municípios do Paraná precisam de mais policiais, mais viaturas, melhores salários ao policial e melhores condições de trabalho destes para garantir a vida e o patrimônio.

Solicito uma viatura para o Distrito de Perobal, pois são difíceis as condições de atuação dos policiais no distrito sem meios para se locomover e reprimir o crime.

REQUERIMENTO Nº 723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, no sentido de que sejam efetuados estudos e por fim a adoção de vinculação das tarifas de água e esgoto e de energia elétrica ao aumento do salário-mínimo. Sendo uma medida mais que justa, se compararmos a grande massa que percebe na faixa do salário-mínimo, que forma a grande maioria dos usuários.

Sala das Sessões, em 20.05.92

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A vinculação do aumento das tarifas de energia elétrica e de água e esgoto ao do salário-mínimo, nada mais seria que uma medida justa e compatível com a política salarial determinada pelo Governo Federal.

A grande massa de usuários é formada por trabalhadores que percebem faixa salarial mínima ou relativa a isso, se os aumentos que receberão serão quadrimestrais, é necessário que de alguma forma sejam menos onerados pelas empresas públicas.

O mínimo que podemos pedir é que o Governador do Estado, determine a viabilização do congelamento das tarifas referidas ao do salário, assim procedendo estará beneficiando milhares de paranaenses que nele depositam confiança.

REQUERIMENTO Nº 725

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador, no sentido de que seja determinado ao Departamento competente a inclusão do mel de abelha na merenda escolar, servida nas escolas da rede pública estadual; levando-se em consideração que o mel contém mais de 181 substâncias em sua composição e poderá ser armazenado por um longo período.

Sala das Sessões, em 20.05.92

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um grande produtor de mel e

se houver a inclusão do mel na merenda escolar, com certeza os nossos produtores de mel poderão suprir a demanda.

Ao pedirmos a inclusão do mel na merenda escolar o fazemos em função da grande capacidade, tais como: potássio, cloro, enxofre, sódio, cálcio, fósforo, magnésio, ferro e outros componentes importantíssimos na ração de uma criança.

Assim, entendemos que seria uma medida louvável e mais que nunca necessária para que se ofereça às nossas crianças alimentos bons e com proteínas necessárias ao corpo humano.

Quanto ao armazenamento, tempo de validade para uso, poderíamos dizer ser possível e viável, já que a duração do mel, comprovadamente, é de muitos anos, e a armazenagem fácil e barata.

Isto posto, esperamos contar com a atenção do Poder Executivo e atender nossa solicitação, visando beneficiar a todas as crianças do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Superintendente da Legião Brasileira de Assistência, no Paraná, solicitando mobilização de recursos a serem destinados às famílias atingidas pela tragédia de Almirante Tamandaré, para compra dos utensílios e pertences domésticos perdidos, a fim de garantir-lhes um mínimo de condições para reorganizar suas vidas.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) ERNANI PUDELL

Apoio: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A situação que presenciamos na visita feita ontem ao local do sinistro, deixou-nos absolutamente consternados. A situação concreta de vida daquelas famílias, que já era bastante difícil, tornou-se agora insuportável. São adultos e crianças andando pelas ruas com um mínimo de vestimentas, já que todos os seus pertences foram levados pelo vendaval. Assim, solicitamos que todo o esforço seja empenhado, no sentido de que a LBA destine recursos às famílias, a fim de que elas tenham o mínimo necessário para reorganizar suas vidas.

REQUERIMENTO Nº 727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Coronel Wantuil Borges, Coordenador da Defesa Civil, solicitando urgente providência na solução dos problemas resultantes da catástrofe ocor-

rida na noite do dia 17, no Município de Almirante Tamandaré. Ao mesmo tempo em que solicita seja comunicado a respeito dos encaminhamentos dados por aquela coordenação sobre o caso.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) ERNANI PUDELL

Apoio: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Por deliberação da Assembléia Legislativa estivemos ontem no local do sinistro, onde participamos de reunião com lideranças da comunidade e representante da COHAPAR. A constatação foi de que a área atingida é constituída de famílias de baixíssima renda, que com recursos próprios não conseguirão se recuperar dos prejuízos, desde a sua moradia, até os poucos móveis e pertences que possuíam. Desta forma, a ajuda tem que se dar em diversos níveis. A urgência na resolução dos problemas é que nos leva a solicitar ao Coordenador da Defesa Civil, urgente encaminhamento de solução.

REQUERIMENTO Nº 728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Roberto Perussi, Prefeito de Almirante Tamandaré solidarizando-se com ele pela tragédia ocorrida naquele Município, solicitando ao mesmo tempo que desencadeie com urgência processo de desapropriação de área, a fim de que a COHAPAR possa efetuar a reconstrução das Casas atingidas através do Programa Casa da Família, resolvendo assim parte dos problemas causados pelo sinistro.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) ERNANI PUDELL

Apoio: Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Presente em reunião com lideranças e representante da COHAPAR ontem em Almirante Tamandaré, fomos informados que já havia sido aprovado dentro do Projeto Casa da Família, da COHAPAR, a construção de 150 casas populares, o que ainda não havia sido realizado por falta de doação de terreno por parte da Prefeitura. Assim, entendemos que, se o Poder Público Municipal declarar de utilidade pública para fins de desapropriação a própria área atingida, estará resolvendo dois problemas: 1) regularizar os problemas fundiários existentes na área; 2) facilitar a reconstrução das casas por parte da COHAPAR; além de estar contribuindo concretamente para a resolução do principal problema resultante daquela catástrofe, que é a falta de abrigo para as famílias afetadas.

REQUERIMENTO Nº 731

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Presidente da TELEPAR, Senhor Paulo Cordeiro, solicitando instalação de central de DDD no Distrito de Guaragi, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Existe instalado no local um PS com 32 ramais lotados. A região está em franco desenvolvimento econômico, havendo uma necessidade de expansão da telefonia, tendo aproximadamente 50 novos usuários interessados na aquisição dos serviços telefônicos, assim, uma vez atingido este pedido, por certo contribuirá ainda mais para o desenvolvimento e bem-estar da região.

A Central DDD, é um grande avanço social na área das comunicações, possibilitando integração rápida com o mundo.

REQUERIMENTO Nº 732

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO, sugerindo a criação da Delegacia Especializada em trânsito na cidade de Londrina, tendo em vista o grande número de feitos existentes na 10ª. SDP e precariedade de condições para o processamento adequado e rápido dos mesmos causando grandes transtornos para os interessados.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO Nº 734

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial congratulando a Diretoria da EMATER e seus funcionários pela comemoração dos 36 anos da Extensão Rural no Paraná.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A EMATER nestes 36 anos de existência, muito colaborou no desenvolvimento da agropecuária paranaense conquistando a confiança do agricultor e apresentando resultados brilhantes em prol da produção agrícola.

REQUERIMENTO Nº 735

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, en-

vio de expediente oficial à Bancada Paranaense do Congresso Nacional, solicitando mudanças na Legislação do Sistema Financeiro de Habitação, repassando os recursos dos programas existentes para o gerenciamento dos Estados da Federação.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em razão da existência das diferentes políticas dos Governos Estaduais com relação a programas habitacionais, entendemos que o Governo do Estado terá maior controle na liberação de determinados programas em áreas carentes, por conhecer com maior peculiaridade os problemas inerentes de sua comunidade.

Muitas vezes a tramitação do processo leva muitos anos, em análise, pareceres jurídicos, documentação, idas e voltas a Brasília e quando são liberados, muitas vezes o quadro de necessidade já se encontra totalmente modificado.

Em razão do exposto acreditamos que com a modificação nas normas da Legislação vigente do Sistema Financeiro de Habitação, delegando o gerenciamento aos Governos do Estado, a execução dos programas se tornaria mais ágil e real, pois a descentralização faz com que os problemas sejam atacados de imediato e dentro de interesses e necessidades de cada Estado.

REQUERIMENTO Nº 736

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Ministro de Estado da Previdência Social, Reinhold Stephanes, solicitando que o mesmo priorize o atendimento aos beneficiários amparados pela Lei nº 8213, regulamentada pela Portaria nº 3.037, de 20 de janeiro de 1.992.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Conforme a Portaria de nº 3037 de 20 de janeiro de 1992 que regulamentou a Lei nº 8213, que determinou que todos os benefícios concedidos a partir de 6 de outubro de 1.988, devem ser recalculados, aplicando-se a correção integral dos 36 últimos salários de contribuição.

Quem receber a aposentadoria entre 5 de abril de 24 de agosto de 1.991: após a revisão, as diferenças corrigidas seriam pagas em 19 parcelas consecutivas. A primeira das parcelas viria em março junto com o benefício de fevereiro. Infelizmente mais uma vez a Previdência Social não cumpriu a lei, não pagando nenhuma parcela relativa a revisão dos benefícios para quem começou a receber a sua aposentadoria

após 5 de abril de 1.991.

É inadmissível o tratamento ao aposentado que após muitos anos por merecimento e amparado por lei, vê chegando o momento de "desfrutar" sua aposentadoria, passe a viver o pesadelo de enfrentar filas enormes, para receber minguados e defasados cruzeiros, com muito atraso e calculados de maneira tão complicada e de difícil entendimento ao trabalhador que faz com que o mesmo se torna um "injustiçado calado", pois o seu poder de reivindicação não encontra respaldo nos órgãos públicos e ao questionarem o "porquê" dos valores pagos, recebe explicações técnicas que acatam tal situação, mesmo não concordando com os míseros vencimentos.

O País não respeita o trabalhador que fez sua parte, corre o risco de "perpetuar" o desrespeito a todo cidadão que trabalha e busca na sua aposentadoria o direito adquirido através do pagamento religioso da Previdência durante longos anos. A conquista da tão sonhada aposentadoria tem virado um verdadeiro "pesadelo" em nosso Brasil.

REQUERIMENTO Nº 737

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial ao Ministro do Estado da Economia, Marcílio Marques Moreira, solicitando medidas que amenizem o problema social, decorrente do processo recessivo, como uma política de incentivos para a criação de empregos.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Conforme pesquisa feita pela ARTHUR ANDERSEN, as empresas querem investir e não têm recebido, até o momento, nenhuma sinalização efetiva do governo de que haverá a retomada econômica.

De acordo com a referida pesquisa no item "geração de empregos", a quase totalidade (91,11% das companhias) informou que tem meios de captar recursos para novos investimentos de médio e longo prazo.

Sendo assim, existe a necessidade urgente do governo sinalizar para as empresas que elas poderão planejar expansões que normalmente são implantadas em dois a três anos. Só assim os empresários poderão investir revertendo o quadro de recessão que coloca o País à beira do caos social, registrados com saques, desordens e atentados contra a segurança do patrimônio e da família brasileira.

REQUERIMENTO Nº 738

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, quarta, em 20.05.92

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER A MESA, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Doutor AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, Ministro do Estado dos Transportes e Comunicações, agradecendo a maneira fidalga como acolheu a Comissão Representativa deste Poder, em audiência no último dia 07.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A formação de uma Comissão integrada por vários Senhores Deputados para em nome deste Poder reivindicar junto ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Estado Doutor AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, se justificou pela somatória de apelos de todos os segmentos da sociedade paranaense, pois, todos estamos assistindo ao agravamento da situação das rodovias federais no Paraná.

O Paraná tem dado sua cota de sacrifícios em benefício da União e, em contrapartida as suas reivindicações mais primárias às vezes são relegadas a um segundo plano. Somos um Estado próspero, que tem dado grande contribuição aos esforços brasileiros de desenvolvimento. Agora mesmo, estamos entrando no auge de uma grande safra de Grãos necessitando de escoamento rápido.

Hoje, temos a felicidade de ver merecidamente no Ministério dos Transportes a figura ilustre do Senador AFFONSO CAMARGO. Isso nos animou a afirmar que certamente haveremos de caminhar juntos irmanados com os mesmos propósitos para tentar conquistar um futuro mais promissor para o nosso Estado.

A fidalguia, a maneira acolhedora, com diálogo franco e aberto, como o Senhor Ministro recebeu as reivindicações da Comissão deste Poder, merece este registro para constar dos Anais desta Casa.

REQUERIMENTO Nº 745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Habitação, solicitando a liberação de recursos financeiros necessários à construção de 60 casas populares no município de Teixeira Soares.

Esta solicitação se constitui com inteira justiça, com o objetivo de atender àquelas populações mais carentes do ponto de vista econômico, e que até a presente não possui a sua casa própria, financiada em condições compatíveis com os seus níveis salariais.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

REQUERIMENTO Nº 746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Superintendente Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, regional do Paraná, contendo denúncias relativas às atividades da agência, no Município de Mallet.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos era o último reduto de credibilidade na administração federal. Ao longo de muitos anos, sustentou uma posição invejável no campo da competência junto à sociedade brasileira.

Mas, é lamentável que venha perdendo esta condição. Temos ouvido de uma forma geral da população, reclamações de toda espécie, no que se referem ao desempenho administrativo do órgão.

A exemplo, neste último final de semana, no dia 16 de maio, às 18:30 horas, na Câmara Municipal de Mallet, em reunião pública, onde este Parlamentar prestava contas de suas atividades, recebeu denúncia encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Lauro Baran, quanto ações estranhas por parte da chefia da agência de correios local, onde tem se negado em receber e protocolar os pedidos de aposentadorias de previdenciários, principalmente no que concerne aos agricultores (as), com direito à aposentadoria aos 60 e 55 anos.

Notadamente, o que nos parece é que esta não tem sido a orientação do governo federal, quanto a tais requerimentos, por outro lado, é necessário que se destaque que o direito à aposentadoria está consagrado na norma Constitucional.

Não se justifica o comportamento da chefia dos correios de Mallet, em negar este benefício aos trabalhadores, fundamentalmente face determinação do governo federal aos Correios de todo o Brasil em receber as solicitações de aposentadorias (requerimentos). Já não basta o quadro humilhante em que foram submetidos os nossos previdenciários, neste momento têm que suportar os maus tratos de funcionários que não cumprem ordens superiores.

Tendo em vista o exposto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito a aprovação do presente, como forma de corrigirmos esta injustiça, solicitando ao aludido responsável, ações que visem por fim a este estado de coisas.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, nos seguintes termos:

1. Se existem estudos referentes a privatização dos Presídios do Estado;

2. Se há viabilidade de se adotar o Sistema nos termos privados, e quando seria efetivamente adotadas medidas para que se melhore o Sistema Prisional;

3. Se existem estudos efetivos quanto a venda do Presídio Provisório do Ahú, quais seriam as condições de tal fato, e se já estão em negociações tais medidas.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Tal pedido de informações se prende ao fato de que, em primeiro lugar, consideramos que já está em tempo de se retirar do Centro da Capital o Presídio Provisório do Ahú, que em momentos de amotinação dos detentos, causa medo, para não dizer verdadeiro pavor aos moradores das proximidades.

Quanto a privatizar o Sistema Penitenciário, merece atenção redobrada de toda a sociedade e acima de tudo dos Dirigentes Governamentais. Os detentos ou apenados, além de terem cometido crimes de agressão à sociedade, são por demais onerosos aos cofres públicos. Os presos custam muito dinheiro. Segundo dados contidos no Jornal Folha de São Paulo, cada detento custa a exorbitante quantia de US\$ 250; valor exorbitante se considerarmos a quantia estipulado como o salário do trabalhador: 230.000,00.

Assim, é nesse sentido que destinamos nossos esforços e apoio às medidas que forem tomadas no sentido de privatizar o Sistema Penitenciário e dar novo aproveitamento das verbas aí consumidas.

Aguardamos as informações, ora solicitadas, para melhor podermos encaminhar nossa luta em defesa do Povo do Paraná, que não mais suporta uma carga tão pesada e ingrata que se possa levar.

REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a inscrição nos Anais desta Casa de Leis a declaração que os Parlamentares Brasileiros - Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais, participantes do I Encontro Parlamentar Nacional Sobre "Democracia e Saúde", realizado em Brasília nos dias 12 e 13 de maio próximo passado, decidiram.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(aa) EMILIA BELINATI

DOUTOR ROSINHA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 143/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com o município de Curitiba e Municípios que integram a Região Metropolitana e a bacia hidrográfica do Rio Iguaçu, transferindo-lhes todos os direitos e obrigações decorrente da exploração dos serviços públicos de captação e abastecimento de água potável, da implantação da rede de esgotos sanitários, de estações de tratamento e da promoção de saneamento básico, dentro dos seus respectivos limites territoriais.

§ 1º - Os direitos e obrigações mencionados no "caput" deste artigo estão definidos na Lei 4684, de 24.01.63, regulamentada pelo Decreto 13.577, de 30.11.63, e alterada pela Lei 4878, de 23.10.64.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo delegará à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR todos os poderes necessários para representar o Estado do Paraná na celebração dos convênios ora autorizados.

Art. 2º - Os municípios conveniados poderão constituir empresas públicas e consórcios objetivando soluções únicas para os problemas comuns, no que diz respeito aos serviços no art. 1º desta lei.

§ 1º - O Estado do Paraná poderá ter participação acionária nas empresas públicas municipais que vierem a ser constituídas.

Art. 3º - Os convênios estabelecerão formas e condições de transferência ou uso dos acervos patrimoniais da SANEPAR e dos Municípios, observando-se, para cada caso, a respectiva localização territorial dos bens, sejam eles móveis ou imóveis.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

E competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de programas de construção de moradias, de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Essa

determinação está contida no art. 23, inc. IX, da Constituição Federal, e é igualmente prevista pelos artigos 210 e 211 da Constituição Estadual.

No Paraná, entretanto, a responsabilidade de implantação de saneamento básico, em todas as suas etapas, está delegada apenas à SANEPAR, que não está conseguindo alcançar os reais objetivos para os quais foi criada, oferecendo à população paranaense um serviço que ainda está muito aquém de suas necessidades mais prementes.

Se o Paraná, como um todo, está a reclamar que os serviços de água e esgoto sejam mais eficientes e abrangentes, a situação da Região Metropolitana de Curitiba está beirando o caos, já que ao longo dos anos aquela empresa pública não conseguiu dar cobertura nem em proporção mínima ao índice de crescimento populacional da capital e municípios limítrofes.

O clamor de população metropolitana cresce na mesma medida em que a situação é agravada pelo fluxo migratório. A ira popular, entretanto, é sempre dirigida às prefeituras dos respectivos municípios, que são indevidamente responsabilizadas pelas falhas e deficiências praticadas fora de sua área de competência, já que o saneamento básico ainda é atribuição exclusiva do Estado, através da empresa concessionária, a SANEPAR.

Todavia, essa situação caótica é, infelizmente, conveniente para determinados políticos inescrupulosos que, visando unicamente os seus interesses pessoais, inflam o povo contra as administrações municipais, como se fossem estas as verdadeiras responsáveis pela má qualidade dos serviços prestados.

Inegavelmente são as Prefeituras Municipais que vivenciam os problemas de suas comunidades e por isso, muito melhor que o governo central, tem condições de detectar e avaliar com mais agilidade os problemas que as afligem. Foi movido por essa constatação que o legislador, sabiamente, fez incluir nas Constituições Federal e Estadual a divisão igualitária de responsabilidades, delegando poderes também aos municípios - e até à participação popular, conforme está expresso nos termos do art. 210 da Constituição do Estado do Paraná.

Há que se ressaltar que atuação da SANEPAR na cidade e município de Curitiba é, no mínimo, irregular. A Prefeitura Municipal jamais aderiu ao PLANASA, condição "sine qua nom" para que a empresa pública pudesse atuar em seu território. A época, entretanto, o Brasil vivia os dias negros da ditadura militar, quando inexistiam as autonomias estaduais e municipais, já que o poder emanava diretamente do Palácio

do Planalto que determinava quais as orientações que deveriam ser rigorosamente obedecidas pelas Unidades Federativas. Foi dentro dessa situação que criou-se a SANEPAR, que, pelo menos em Curitiba, é uma concessionária de fato e não de direito.

Para tentar corrigir todas essas distorções e muitas mais que desconhecemos, porque as informações nos são sistematicamente sonegadas, já que SANEPAR não cumpre o art. 26 do Decreto 13.577 de 30.11.63, é que apresentamos à apreciação do Douto Plenário este Projeto de Lei, que objetiva minimizar a situação caótica em que se encontra o saneamento básico da Região Metropolitana de Curitiba.

Esse problema não poderá ser encarado isoladamente, por um ou outro município, porque os mananciais de abastecimento público unem a todos. A solução só será possível se os municípios envolvidos se unirem, garantindo uma participação efetiva nos sistemas de saneamento básico, restando na região os recursos tarifários que aqui são gerados, impedindo a sua pulverização e sua aplicação na manutenção de uma estrutura gigantesca e inoperante.

Pelo exposto, esperamos integral apoio de todos os ilustres senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, Senhores Servidores, imprensa falada, escrita e televisionada, ilustre e seleta platéia.

Disse sempre que o século XIX, a "Belle Époque" foi o século dos parlamentos. E que o século atual é o século dos executivos.

Racionalmente, é mais verídica a afirmação de que devemos viver neste século, o século da democracia. Da democracia participativa, onde o povo tenha vez e voz, principalmente no principal de seus canais de comunicação, que são os parlamentos, em todos os níveis de governo.

É preceito constitucional, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que em sendo Legislativo, o porta-voz legítimo das aspirações populares, cabe-lhe a grande tarefa, a grande missão de sentir o pulso do plebiscito de todos os dias, que é a força de opinião, para que se não desgaste e impluda em face das aspirações e reclames populares.

Cabe a nós, portanto, a continuidade destas raízes democráticas que a nossa história é preme em oferecer, para que o povo não se desespere mais em face desta crise e volte a continuar a confiar nas

pessoas honestas, competentes, e voltadas para a antecipação do nosso amanhã. E que a classe política, efetivamente, esteja à altura de sua missão histórica para o retorno da confiança popular nela.

Mas, Senhores Deputados, já que o Parlamento deve ser a expressão maior da voz e da vez do povo do Paraná, aqui nesta Casa, já que representamos uma parte da democracia representativa, portanto vivendo a democracia representativa ou semi representativa, porque o povo, através da participação direta da iniciativa popular e com outro instituto da democracia direta, que é o referendo e o plebiscito, transformam a nossa democracia não em apenas em democracia representativa, mas numa democracia participativa.

E, portanto, representativa com participação direta do povo: semi-representativa. E este povo será ouvido através de professores e servidores públicos amanhã, a partir das 9 horas, no Plenarinho desta Casa, para que os Senhores Deputados colham subsídios às sugestões, às reivindicações da classe dos professores e dos servidores públicos do Estado do Paraná, a respeito do complexo e polêmico Projeto da Previdência Social de todos os servidores do nosso Estado, particularmente do Fundo Previdenciário.

Então estão convidados vários órgãos representativos dessa classe operosa do Paraná. Para que amanhã comungando, nos trazendo a sua contribuição da sua experiência, possamos trocar idéias e trazer-mos amanhã ao plenário desta Casa e as Comissões Permanentes novas sugestões, novas lições novas experiências dos professores e dos servidores públicos do Estado do Paraná, para que possamos emendar, complementar e melhorar a Mensagem do próprio Governo do Estado do Paraná, para fazer com que saia daqui um denominador comum voltado essencialmente para as justas e legítimas aspirações da classe dos servidores públicos do Estado.

Muito obrigado e o convite Senhor Presidente, Senhores Deputados, para que todos compareçamos amanhã no Plenarinho desta Casa no horário das 9.00 às 12.00 horas, para comungarmos dos mesmos ideais e dos mesmos propósitos dos servidores públicos do Estado do Paraná, na questão da Previdência do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Os jornais, rádio e televisão vêm divulgando sistematicamente o sistema de habitação e maneira pela qual é financiada.

Aqui também neste plenário temos presenciado pronunciamentos diversos de nossos colegas Deputados, falando a respeito deste assunto de tamanha importância a nível nacional.

Estamos encaminhando requerimento a apreciação da Mesa e dos Senhores Deputados a Bancada Paranaense no Congresso Nacional, pedindo esforços no sentido de viabilização de uma nova Legislação para que seja feito o repasse ao Governo Federal diretamente às Companhias de Habitação Estadual, para que esta, com melhores condições possam administrar o sistema de habitação. Sabemos que a imprensa tem divulgado que muitas das vezes o mutuário, aquele trabalhador assalariado que ganha de um a três salários mínimos é que paga a grande conta. Muitas das vezes distorcidas, pagando duas, três, quatro até cinco vezes além do valor real. E nesse sentido que estamos encaminhando o seguinte requerimento (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de expediente oficial à Bancada Paranaense do Congresso Nacional, solicitando mudanças na Legislação do Sistema Financeiro de Habitação, repassando os recursos dos programas existentes para o gerenciamento dos Estados da Federação.

Sala das Sessões, em 19.05.92.

(a) EURIDES MOURA
Deputado Estadual"

Estamos encaminhando um outro Requerimento a apreciação do Plenário, que versa a respeito da situação do desemprego que se encontra não apenas no Paraná, mas em toda a Nação Brasileira. Estamos requerendo ao Senhor Ministro da Economia, Senhor Márcilio Marques Moreira para que determine o reaquecimento em nossa Nação.

A recessão é gigantesca, o desemprego enorme, e realmente o pobre mais uma vez paga a conta de um programa governamental a nível Nacional que não vem dando certo.

O Requerimento tem os seguintes dizeres (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial ao Ministro de Estado da Economia, Márcilio Marques Moreira, solicitando medidas que amenizem o problema social, decorrente do processo recessivo, como uma política de incentivos para a Criação de Empregos.

Sala das Sessões, em 19.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Conforme pesquisa feita pela Arthur Andersen, as empresas querem investir e não têm recebido, até o momento, nenhuma sinalização efetiva do Governo de que haverá a retomada econômica.

De acordo com a referida pesquisa no item "geração de empregos", a quase totalidade (91,11% das Companhias) informou que têm meios de captar recursos para novos investimentos de médio e longo prazo.

Sendo assim, existe a necessidade urgente do governo sinalizar para as empresas que poderão planejar expansões que normalmente são implantadas em dois a três anos.

Só assim os empresários poderão investir revertendo o quadro de recessão que coloca o País à beira do caos social, registrados com saques, desordens e atentados contra a segurança do Patrimônio e da família brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Ministro de Estado da Previdência Social, Reinhold Stephanes, solicitando que o mesmo priorize o atendimento aos beneficiários amparados pela Lei nº 8213, regulamentada pela Portaria nº 3037, de 20 de janeiro de 1992.

Sala das Sessões, em 13.05.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Conforme a Portaria de nº 3037, de 20 de janeiro de 1992, que regulamentou a Lei nº 8213, que determinou que todos os benefícios concedidos a partir de 6 de outubro de 1988, devem ser recalculados, aplicando-se a correção integral dos 36 últimos salários de contribuição.

Quem receber a aposentadoria entre 5 de abril e 24 de agosto de 1991, após a revisão, as diferenças corrigidas seriam pagas em parcelas consecutivas.

A primeira das parcelas viria em março junto com o benefício de fevereiro.

Infelizmente mais uma vez a Previdência Social não cumpriu a Lei, não pagando nenhuma parcela relativa a revisão dos benefícios para quem começou a receber a sua aposentadoria após 5 de abril de 1991.

É inadmissível o tratamento ao aposentado que após muitos anos por merecimento e amparado por Lei, vê chegado o momento de "desfrutar" sua aposentadoria, passe a viver o pesadelo de enfrentar filas enormes, para receber minguados e defasados cruzeiros, com muito atraso e calculados de maneira tão complicada e de difícil en-

tendimento ao trabalhador que faz com que o mesmo se torne um "injustiçado calado", pois o seu poder de reivindicação não encontra respaldo nos órgãos públicos e ao questionarem o "porquê", dos valores pagos, recebe tanta explicações técnicas que acatam tal situação, mesmo não concordando com os míseros vencimentos.

O País que não respeita o trabalhador que fez sua parte, corre o risco de "perpetuar" o desrespeito a todo cidadão que trabalha e busca na sua aposentadoria o direito adquirido através do pagamento religioso da Previdência durante longos anos.

A conquista da tão sonhada aposentadoria tem virado um verdadeiro "pesadelo" em nosso Brasil."

E por final, estamos encaminhando um requerimento de congratulações e versa exatamente aos 36 anos de bons serviços que a EMATER/PR, presta ao nosso Estado.

Exatamente no dia 20 de maio de 1.956, registra o calendário da história, o nascimento de uma empresa que tem prestado serviços ao Estado do Paraná.

É verdade que o Paraná tem uma das melhores terras do mundo. É verdade também que o clima de nossa região é um dos melhores, mas não apenas as terras e o clima seriam suficientes para que o Paraná fosse, realmente, o primeiro Estado da Federação, o que mais produz, representando cerca de 20% do produto que se produz na Nação brasileira, referindo-se a produtos agrícolas.

Por isso queremos, em nosso nome pessoal, em nome também da Presidência da Comissão da Agricultura e do Bloco Parlamentar Agropecuário, cumprimentar esta empresa pelo muito que realiza em favor da agropecuária no Estado do Paraná.

Esta empresa tem cerca de 253 programas - todos de importância - ressaltamos no entanto, alguns dos mais importantes, que é o "Paraná Rural", que tem demonstrado, através da competência da EMATER, uma ajuda considerável aos senhores trabalhadores da agricultura: os pequenos, micros e até médios e grandes empresários rurais, sem sombra de dúvidas, têm tirado proveitos extraordinários no que se refere ao trabalho desta empresa que deve ser destacado.

Hoje, no Plenarinho desta Assembléia Legislativa, participamos de uma reunião deveras importante, quando o Senhor Secretário da Agricultura fazia comentários e elogiava o trabalho de todos aqueles que militam e dão a sua eficiente participação àquele órgão de extensão rural no Estado do Paraná; e tem tido elogios, dos maiores, pela sua competência, pela sua luta, pelo seu trabalho em favor da agricultura

do nosso Estado.

Este ano estamos surpreendidos com uma produção agrícola além da expectativa, das previsões feitas pela própria Secretaria da Agricultura, aumentando cerca de 1 milhão de toneladas. Deve-se em parte ao trabalho de orientação aos agricultores na aplicação dos insumos básicos, da aplicação de uma agricultura racional que, sem dúvida, está dando e vai continuar estabelecendo uma agricultura racional e no aumento de produção.

Queremos, ao encerrar, cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura, ilustre Deputado Severino Félix, pela organização competente daquela reunião que tivemos o prazer de participar; o Presidente do Bloco Agropecuário, o Líder Orlando Pessuti pela colaboração também àquela Comissão; e de resto pedir aos Senhores Deputados que este nosso Requerimento de congratulações tenha a aprovação de todos, porque desta forma estaríamos retribuindo a um órgão que de fato vem trabalhando para o bem-estar, para o crescimento e desenvolvimento da agropecuária do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, ainda, com a palavra o Deputado José Alves.

O SR. JOSE ALVES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O que me traz a essa tribuna é para endoçar as palavras do Deputado Eurides Moura quanto a situação dos mutuários do Brasil.

Na Região de Maringá, por exemplo, Senhores Deputados, todas as semanas nós recebemos reclamações de mutuários que moram nas casas de 27 m² e que a prestação ultrapassa 150 mil cruzeiros por mês.

Lamentamos que uma casa de 27 m² no caso que temos em Maringá, no município de Mandaguaçu e toda região norte; 27 m², é um cubículo, uma casa que não tem condições de uma família morar, de uma família viver, e quando chega a prestação, o Governo impiedosamente cobra aquilo que bem quer aumentando mensalmente o preço dessas casas tão pobres mas ricas no valor mensal.

Nós lamentamos e recebemos quase que diariamente reclamações no sentido das casas que são financiadas pela Caixa Econômica Federal.

Outra coisa que também me traz a esse horário aqui, é sobre a maneira que o Presidente Collor bem conduzindo, vamos dizer, o aumento das suas mercadorias, que é a luz, que é o petróleo, o serviço de correio. Ele mesmo vetou um aumento ao trabalhador quando o Congresso queria que fosse

de 60 em 60 dias Senhor Presidente, mas o Presidente Collor com sua determinação e seu jogo de cintura, decretou que ficasse nos quatro em quatro meses.

Pois bem, o salário do trabalhador sobre de quatro em quatro meses, acho que o Presidente teria também que respeitar e aumentar a luz, o petróleo, o serviço de correio e outras tarifas mais, que pertence à área federal, também, de quatro em quatro meses.

Acho um desrespeito ao trabalhador brasileiro, que pelo seu trabalho, tem o salário mínimo aumentado de quatro em quatro meses, mas o Governo Federal aumenta as suas mercadorias, os seus produtos quinzenalmente ou mensalmente.

Ele próprio é quem desrespeita as Leis, se o trabalhador tem o seu salário aumentado a cada quatro meses logicamente que as mercadorias, que sejam do Governo, o petróleo, luz, correio e outras também teriam que obedecer a mesma forma o seu aumento de quatro em quatro meses.

Nós lamentamos que um Presidente da República que veio para mudar essa Nação, mas infelizmente está fazendo com que esta mesma Nação viva momentos difíceis e que o trabalhador a cada dia que passa, está perecendo, num País tão rico mas muito mal administrado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, ainda, com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que me traz nesta tarde à tribuna é para dar encaminhamento a um requerimento que já se encontra na mesa.

Este requerimento traz no seu bojo uma denúncia que diz respeito aos nossos aposentados e dos futuros aposentados e pensionistas do nosso Estado, especificamente aos nossos agricultores, porque hoje, já consagrado na Constituição e também já regulamentado o encaminhamento que está se dando a aposentadoria aos 55 anos a mulher e aos 60 anos o homem que trabalha na roça.

Assim sendo com a devida vênica dos Senhores Deputados, Senhor Presidente, passo a dar encaminhamento desta denúncia no Município de Mallet. (Lê):

"REQUERIMENTO

SOMULA: Expediente ao Ilmo. Senhor Superintendente Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, encaminhado DENÚNCIAS, com relação às atividades da agência do Município de Mallet.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, era o último reduto de credibilidade na administração federal. Ao longo de muitos anos, sustentou uma posição invejável no campo da competência e eficiência junto à sociedade brasileira. Mas, é lamentável que venha perdendo esta condição. Temos ouvido de uma forma geral da população, reclamações de toda espécie, no que refere-se ao desempenho administrativo do órgão.

A exemplo, neste último final de semana, no dia 16 de Maio, às 18:30 horas, na Câmara Municipal de Mallet, em Reunião Pública, onde este Parlamentar prestava contas de suas atividades, recebeu denúncia encaminhada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Lauro Baran, quanto ações estranhas por parte da chefia da agência dos correios local, onde tem se negado em receber e protocolar os pedidos de aposentadorias de previdenciários, principalmente no que concerne aos agricultores(as), com direito à aposentadoria aos 60 e 55 anos.

Notadamente, o que nos parece é que esta não tem sido a orientação do governo federal, quanto a tais requerimentos, por outro lado, é necessário que se destaque que o direito à aposentadoria está consagrado na norma constitucional.

Não se justifica o comportamento da chefia dos correios de Mallet, em negar este benefício aos trabalhadores, fundamentalmente face a determinação do governo federal aos Correios de todo o Brasil, em receber as solicitações de aposentadorias (requerimentos).

Já não basta o quadro humilhante em que foram submetidos os nossos previdenciários, neste momento têm que suportar os maus tratos de funcionários que não cumprem ordens superiores.

Tendo em vista o exposto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito a aprovação do presente, como forma de corrigirmos esta injustiça, solicitando ao aludido responsável, ações que visem por fim a este estado de coisas."

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Não há oradores inscritos.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Na noite de ontem, eu e o Deputado Paulo Maia estivemos presentes a uma assembléia dos desempregados da Região Metropolitana de Curitiba. Eram cerca de 500 pessoas, representando diversos bairros e municípios aqui da Região Metropolitana.

Os números sobre desemprego no Estado do Paraná estão extremamente alarmantes. As estimativas apenas na Região Metropolitana dão conta de que entre 60 e 100 mil trabalhadores estão desempregados. O desemprego é certamente o pior subproduto do capitalismo selvagem que nós temos. Esse subproduto tem sido agravado pela política econômica do governo Collor, que sob o pretexto de controle da inflação praticou, e está praticando uma repressão extremamente grave sobre o consumo e isso tem gerado, como consequência, a queda da atividade econômica, a queda no poder aquisitivo da classe trabalhadora de um modo geral e colocado uma massa enorme de cidadãos, vivendo em condições subumanas.

E o que é mais grave, os dados recentes do DIEESE informam que utilizando-se da desculpa do momento de recessão, os setores de monopólio do Estado do Paraná, que não estão sendo afetados pela política econômica, os setores voltados a exportação principalmente ou a mercados que tenham a sua demanda garantida, estão se aproveitando dessa situação para reduzirem os postos de trabalho que foram reduzidos em cerca de 10% na região metropolitana de Curitiba, ao mesmo tempo que conseguiram aumentar a produtividade real dos trabalhadores que permanecem empregados em 10% e aumentando ainda, o que é mais grave a sua rentabilidade real em cerca de 4 a 7% em média.

Sofrem apenas os setores econômicos que são vinculados à economia de produção de bens de consumo destinados à população como mobiliário, vestuário, cerâmicas e outros. Esses setores, efetivamente têm sido atendidos, o que demonstra claramente que boa parte do empresariado paranaense tem tido uma demonstração de insensibilidade social, extremamente grave e se aproveitando da situação para auferir lucros extraordinários às custas exatamente da classe trabalhadora mais desprotegida e mais aviltada deste País.

E o que é também muito mais grave, é a total omissão e insensibilidade dos órgãos públicos especialmente do governo federal, que até o momento não adotou nenhuma medida compensatória para os desempregados.

O Seguro Desemprego é uma verdadeira piada. É absolutamente restritivo à possibilidade dos trabalhadores terem acesso a essa proteção ao desemprego involuntário é muito grande e nós deveremos exigir nessa

conjuntura e ao que nos cabe que os governos estaduais e governos municipais adotem políticas emergenciais para amenizar o sofrimento dessas famílias.

Consta da pauta de reivindicação dos desempregados da região metropolitana de Curitiba, o fornecimento de passe livre aos desempregados, através do sistema de transporte coletivo.

É uma medida extremamente importante e fundamental para que estes desempregados possam circular pela cidade a procura dos empregos cada vez mais escassos.

O governo estadual, bem como o governo municipal de Curitiba, poderiam pelo menos oferecer uma certa cota de passes de vale transporte aos desempregados, para que pudessem procurar um emprego com mais facilidade. O fornecimento de cestas básicas subsidiadas, também é possível através da ação conjunta do governo do Estado, coordenada e apoiada também pelos municípios.

A suspensão dos pagamentos das prestações da casa própria, pela COHAPAR, pela COHAB, também é possível ser efetivada, tanto pelo governo do Estado do Paraná, como pelo governo Municipal. Consta também da pauta de reivindicações dos desempregados, inclusive uma reivindicação que está tramitando perante esta Casa, que é a suspensão do pagamento das tarifas de água e luz àquelas famílias, que foram colocadas em condição de desemprego involuntário e que não têm condições efetivamente de pagar essas tarifas.

É preciso lembrar aqui, que o fornecimento de água é algo que transcende inclusive o conforto da família, é uma das condições de manutenção da saúde pública, é uma questão fundamental, essencial, que tem que ser mantida. Da mesma forma, o acesso à energia elétrica, que não pode ser interrompida, no nosso entendimento, quando as famílias foram privadas do seu emprego, privadas de sua renda, não por decisão voluntária, mas sim, por uma política ditada pelo governo federal e pela insensibilidade de muitos empresários que hoje, para reduzir os custos, não titubeiam em dispensar os trabalhadores e jogá-los em situação de miséria e situação de desespero.

É por isso Senhores Deputados, que estamos hoje aqui nesta tribuna, pedindo aos nossos Pares, que fiquem atentos a esse movimento, porque ao nosso entendimento, ele tenderá a crescer, se avolumar e certamente, em pouco tempo, tomará as ruas da grande Capital do Estado do Paraná.

É preciso que este Parlamento se some às reivindicações dos aposentados do Estado do Paraná, porque são reivindicações justas e exequíveis e se cobre efetivamente por parte do governo do Estado e dos municípios, tanto da Capital como da Re-

gião Metropolitana, que adotem as medidas que forem necessárias inclusive também com a cobertura imediata de frentes de trabalho, para absorver pelo menos uma parcela desses trabalhadores desempregados.

Era isso, Senhor Presidente.

Agradeço a paciência e pedimos o apoio de todos os Deputados a esse movimento e às justas reivindicações.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Concedo a palavra à Liderança do
PL.
PDT.
PST.
PFL.
PRN.
PTB.
(DECLINAM).
Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Líder do P.L., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Costenaro Neto, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados deste Partido, que irão compor as Comissões Técnicas desta Casa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, na qualidade de Líder do P.D.T., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados que irão compor as Comissões Parlamentares desta Casa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Justus, na qualidade de Líder do P.R.N., constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados pertencentes a este Partido, que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência nos dias 19 e 20 do corrente mês, em função de compromissos em Brasília. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor

Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

2ª DISCUSSÃO Do Projeto de Lei nº 510/91, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a pagar integralmente a Regência de Classe devida aos professores das aulas especiais de Treinamento Técnico Desportivo da Rede Estadual de Ensino. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E., EMENDA DE PLENARIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda aprovada.

O Projeto irá à 3ª discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 510/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Alceu Swarowski chega a esta Comissão e Emenda de Plenário nº 510/91 ao Projeto de Lei em epígrafe, na qual fica assegurado aos Professores aposentados que cumpriram na atividade os requisitos exigidos para percepção de gratificação de Regência de Classe, a incorporação do referido benefício aos seus proventos de inatividade.

Quanto aos aspectos regimentais nada há que obste a inclusão da presente emenda, inclusive, devidamente justificada.

Desta forma, opinamos favoravelmente a tramitação da mesma.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que sujeita à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no litoral paranaense. com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., C.E.C.E., C.S.P. e C.T.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 565/91. Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei nº 565/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 605/91, de autoria do Poder Executivo,

Mensagem nº 151/91, que autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 174, de 18.12.91 - 1ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 605/91

P A R E C E R:

Oriundo da mensagem governamental nº 151/91, o Projeto de Lei em questão objetiva estabelecer limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos pelo Tesouro Estadual e para concessão de garantias e prestação de aval ou fiança a operações contratadas pela administração indireta estadual.

No que esta comissão é chamada a opinar, entendemos que a matéria atende aos requisitos de ordem constitucional, legal, regimental e de técnica legislativa, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua apreciação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 605/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo de Mensagem Governamental nº 151/91, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito, bem como prestar fiança, aval ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da Administração Direta e Indireta do Estado. A medida proposta recebeu Parecer Favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Apreciação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.12.91.

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

ALCEU SWAROWSKI

Relator

PROJETO DE LEI Nº 605/91

EMENDA SUBSTITUTIVA DE Nº 01 DE PLENÁRIO
AO ARTIGO 1º

Substitua-se o Artigo 1º pelo seguinte:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito, bem como, prestar fiança, aval, ou outras garantias e contragarantias em empréstimos e financiamentos internos destinados a entidades da administração Direta e Indireta do Estado até os limites estabelecidos pelas Resoluções do Senado Federal e obedecidas as respectivas regulamentações de forma a atender a despesa de capital programadas em atividades e projetos contidos nos orçamentos anuais e plano plurianual do período de 1992 e 1993.

Sala das Sessões, em 22.04.92.

(a) JOÃO ARRUDA

HERMAS BRANDÃO

ADEMAR TRAIANO

DALTON MACHUCA

HEINZ HERWIG

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA SUBSTITUTIVA

PROJETO DE LEI Nº 605/91

P A R E C E R:

A referida emenda objetiva restringir aos orçamentos de 1992 e 1993 a possibilidade de autorizar o Poder Executivo a contratar operações de crédito, prestar avais, fianças, garantias e contragarantias em empréstimos feitos a entidades sob sua administração.

Mesmo externando preocupação quanto aos efeitos do teor original do referido Projeto de Lei 605/91, oriundo da Mensagem 151/91 do Poder Executivo, entendemos que a iniciativa da emenda não altera o seu mérito e forma, nada havendo, assim, sob os aspectos constitucional, legal e regimental, que obste a sua apreciação pelo Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

PAULO MAIA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 605/91.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu peço a retirada desse Projeto da Ordem do Dia, porque a informação que consta da pauta é uma informação, no nosso entendi-

mento, sobre o projeto, equivocada.

Esse projeto já figurou, inclusive na pauta da Sessão ordinária do dia 22 de abril, numa quarta-feira do corrente ano, já em 2.^a discussão e hoje novamente ingressa o referido projeto na Ordem do Dia, para ser apreciado em primeira discussão. Então nesse sentido, para que se evite prejuízo ao Plenário e para que nós possamos analisar ou pelo menos, esclarecer essas dúvidas, eu peço a V.Exa. que retire esse projeto da Ordem do Dia, porque ele está colocado de forma equivocada e com informações errôneas, inclusive, sobre a fase de tramitação. Isso poderá trazer prejuízos muito grandes e nós pedimos, portanto, que seja retirado para ser recolocado oportunamente na pauta, com as informações sobre a fase correta, inclusive aqui onde fala de emendas em 1.^a discussão, não cabe.

Então, pedimos a retirada da Ordem do Dia.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - A Questão de Ordem levantada pelo Deputado Ernani Pudell, procede apenas e tão somente no que diz respeito à grafia da Ordem do Dia, que diz que está em 1.^a discussão, quando, na realidade, está em 2.^a discussão.

O Parlamentar Ernani Pudell não pode alegar que esta matéria esteja tramitando de forma prejudicial aos Srs. Parlamentares, porque todas as informações necessárias constam no dia de hoje, publicado em anexo à Ordem do Dia; a Emenda, o Artigo 1.^o do Projeto foi apresentado no Plenário pelo Deputado Hermas Brandão e outros Parlamentares, tramitando na C.C.J. por um prazo superior ao previsto no Regimento.

Então houve tempo para que todos tomassem conhecimento do Projeto e da Emenda. A Emenda recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. E cremos, Sr. Presidente, que apenas e tão somente com a determinação de Vossa Excelência, o Projeto que está sendo apreciado em 2.^a discussão, que irá para 3.^a discussão, e após redação final nada prejudique...

O SR. ERONDY SILVERIO (Pela Ordem) - Pediria a fineza de Vossa Excelência que determinasse a leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de procedermos à leitura da Emenda, a Mesa informa aos Srs. Deputados Ernani Pudell e Orlando Pessuti que na Sessão de 22 de abril do corrente ano, no Horário de Lideranças, passou-se à Ordem do Dia, onde foram apreciados os projetos constantes da Ordem do Dia, exceto o de número 605/91, que teve parecer favorável da C.C.J., onde retornou a esta Comissão e voltou para a

Pauta da Ordem do Dia de hoje.

Portanto, não há erro de grafia, Srs. Deputados. O Projeto de Lei n.^o 605/91 está em 1.^a discussão no dia de hoje.

O SR. ERONDY SILVERIO (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, entendo que a Emenda só será apreciada em 2.^o turno de votação, tudo bem.

Entretanto, para minha votação pessoal, gostaria que Vossa Excelência determinasse a leitura da Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê Emenda Substitutiva ao Artigo 1.^o do Projeto de Lei n.^o 605/91).

O SR. ERONDY SILVERIO - Senhor Presidente, peço para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVERIO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sr. Deputada Emília Belinati, Nobres Senhores Deputados.

Eu tenho apoiado quase que incondicionalmente o Governador Roberto Requião nas mensagens que ele envia a este Poder Legislativo. E tenho apoiado porque, acima de tudo, eu sou um paranista e entendo que Sua Excelência vem fazendo uma boa administração. Entendo que Sua Excelência, a exemplo de outros governadores, não de todos, mas de outros governadores, tem uma ficha pessoal essencialmente limpa.

É um homem honesto, é um homem que zela pelo bom emprego do dinheiro público, é um homem que eu espero que, no decorrer do seu quadriênio, jamais seja envolvido em casos, em atos de corrupção em seu Governo.

Até aí, eu apóio incondicionalmente o Governador Roberto Requião. Entretanto, em defesa do poder que me foi outorgado pelos eleitores do Paraná, e que foi outorgado a todos os Senhores Deputados nesta Casa, que é o Poder Legislativo, o poder moderador, que disciplina as relações entre a administração pública e as leis votadas neste Estado, eu não posso votar, em sua consciência, neste Projeto de Lei. Porque cada caso é um caso. É como em futebol: cada partida é uma partida. Não importa se o adversário ganhou ontem, poderá perder amanhã, numa revanche.

Cada caso é um caso. Cada caso, empréstimo externo que pretende o Governador do Estado, ele deve vir a esta Casa, com uma mensagem, propondo autorização para contrair o dito empréstimo, expondo as razões, dizendo da sua aplicação, justificando plenamente o porquê da realização deste empréstimo. E eu tenho certeza que esta Casa, pela unanimidade dos Senhores

Deputados, não negará ao Governador do Estado a necessária autorização.

Quanto as suplementações de créditos nós temos visto, agora, presidida por honrosa delegação de Senhores Deputados, presidida a Comissão de Justiça desta Casa eu tenho visto Deputados da Oposição exarando pareceres favoráveis às suplementações de crédito.

O nobre Deputado Colombino Grassano tem apenas feito exigências que dizem respeito à matéria constitucional. Mas, tem votado e exarado parecer favorável as suplementações de verba, digo, de crédito. Embora elas deixem alguma dúvida, em algumas destas mensagens.

Então, esta Casa não está criando obstáculos a administração pública. Esta Casa está cumprindo o seu papel constitucional. Mas, cumprindo acima de tudo o seu dever para o eleitorado do povo do Paraná, que mandou cada Deputado para esta Casa zelar pelos seus interesses, para aferir aquilo que está certo e aquilo que está errado, nas determinações e iniciativas do Poder Executivo.

Então, eu não vejo razão para que o Senhor Governador do Estado peça um cheque em branco a esta Casa. Eu não duvido da sua capacidade administrativa, e muito menos da sua honestidade pessoal, porque eu o conheço desde menino. Conheci seu pai, convivi com seu pai e seu pai foi meu corréligionário e também do nobre Deputado Colombino Grassano, no antigo PSD.

Foi nosso candidato a prefeito em Curitiba no antigo PSD. É uma família que tem uma tradição de honestidade. Uma tradição de bem querer o bem público, de administrar a coisa pública. O pai do atual Governador do Estado já foi Prefeito de nomeação, em Curitiba, e deixou uma larga folha de serviços prestados à coletividade curitibana. Nunca duvidamos da honestidade pessoal do Senhor Governador.

Mas, vai nos perdoar o Senhor Líder do Governo, ele também pertence ao corpo legislativo. Ele pertence à Assembléia Legislativa do Estado. Ele não pode pedir aos seus comandados, a seus orientados, que são orientados politicamente, nesta Casa, ele não pode pedir a aprovação desta Matéria.

Nós não negaremos jamais ao Senhor Governador do Estado, a cada vez que aportar a esta Casa um pedido de empréstimo externo. Nós não negaremos autorização pois a Emenda não diz nada com nada. A emenda só diz que até o limite da aprovação pelo Senado. Mas essa Emenda não satisfaz, essa Emenda não vem preencher aquilo que esta Casa espera, que é que o Sr. Governador do Estado a cada necessidade de operação de crédito no exterior venha pedir a necessária autorização Legislativa.

Eu tenho acompanhado incondicionalmente o Sr. Governador do Estado, o seu Líder do Governo é prova da minha fidelidade, e eu como já disse faço a ressalva. Apoiarei enquanto julgar que o Sr. Governador vem correspondendo aos anseios da gente paranaense, mas não posso de maneira nenhuma votar favoravelmente à essa matéria. E faço um apelo à Casa, para que a rejeitem e a eliminem, essa matéria não merece nem tramitação na Casa. A matéria tem que ser rejeitada porque contraria os sagrados princípios do Poder Legislativo, que é a fiscalização dos atos do Poder Executivo.

O SR. ORLANDO PÉSSUTTI (Pela Ordem) -

Diante das ponderações do Deputado Erondy Silvério, da ponderação que nos fora manifestada nesse momento aqui em Plenário, pela maioria dos Deputados que integram o bloco de apoio administrativo e político do Governo de Sua Excelência Roberto Requião, nós estamos endereçando à Mesa nesse instante, o Requerimento pedindo a retirada do Projeto da Ordem do Dia, e posteriormente iremos conversar com Sua Excelência o Governador diante principalmente das ponderações do Deputado Erondy Silvério e dos demais, no sentido de que entendendo ele oportuno, que peça a devolução dessa Mensagem ao Poder Legislativo.

Então eu gostaria que Vossa Excelência colocasse em votação nosso requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia desse Projeto de Lei.

O SR. ERONDY SILVERIO - Meus parabéns, nobre Líder do Governo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Não poderia perder a oportunidade dessa manifestação de independência de respeito inclusive pelo poder outorgado pela população a esse Parlamento, pela atitude da bancada do Governo, até ratificando a exposição de motivos que fez o ilustre Deputado Erondy Silvério, eu acho que esse gesto não é um gesto de confronto das nossas prerrogativas do Poder e de respeito ao que foi outorgado pelo povo.

Ganha o Poder Legislativo como um todo, independente da composição das suas Bancadas, do apoio ou não a esse ou aquele Governo. Eu quero parabenizar essa atitude muito corajosa e muito decente por parte da Bancada de sustentação do Governo.

SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Também em nome da Bancada do PDT, em primeiro lugar as congratulações ao nobre Deputado Erondy Silvério por mais esta manifestação, pela sua inteligência, pelo seu conhecimento, nós que já convivemos

nesta Casa na Legislatura anterior, o nobre Deputado sempre mostrou essa posição quando também o ex-Governador Alvaro Dias havia numa ocasião encaminhado à Casa uma Mensagem quase que nas mesmas condições. Então a sua posição também hoje, mais uma vez reforça a sua coerência política nesta Casa.

Cumprimentos à Bancada do Governo, a Bancada aliada ao Governo em nome do Deputado Orlando Pessuti também, pela manifestação da retirada desta Mensagem, porque ela só viria a esvaziar o trabalho dos Parlamentares na Casa. Passaríamos então apenas a votar aqui Projeto de cidadania Honorária, Projeto de nome de Estrada, Projeto de nome de escola, de utilidade pública e não teríamos mais o que praticamente a fazer nesta Casa.

Portanto, parabéns ao PMDB, à sua Bancada e ao Deputado Erondy Silvério em nome da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Orlando Pessuti requer a retirada do Projeto de Lei nº 605/91, pelo prazo de 10 Sessões. O Projeto está em regime de urgência, a aprovação do requerimento do Deputado Orlando Pessuti, significa a sessão do Regime de Urgência.

Senhores Deputados que aprovam.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 605/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/92, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que determina a obrigatoriedade da adição de um percentual de 22% de álcool anidro à gasolina. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. nº 26, de 01.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 079/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Costenaro Neto, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva determinar a obrigatoriedade da adição de um percentual de 22% (vinte e dois por cento) de álcool anidro à gasolina.

O Projeto está elaborado conforme dispõe o Regulamento Interno desta Casa, com a justificativa em anexo.

Do ponto de vista legal, o mesmo é viável em razão da inexistência de pretensão em adicionar outra substância à gasolina, e sim, manter a composição já existente, alterando tão somente o percentual da mistura de álcool ao referido combustível.

Da mesma forma, o Estado do Paraná,

que tem como uma de suas bandeiras a preservação de sua autonomia administrativa, sendo conhecido por sua defesa constante da ecologia, utilizando-se de todos os programas possíveis de combate à poluição e preservação do meio ambiente, estará sendo coerente com sua política ao aprovar a alteração do percentual de álcool à gasolina, o que trará uma redução considerável dos níveis de poluição expelidos pelos veículos automotores.

A Constituição Estadual, em seus artigos 12 e 13, inciso VI, prevê que é da competência do Estado, em conjunto com a União e os Municípios, legislar sobre a proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas.

Por estas razões, opinamos favoravelmente à tramitação do referido Projeto.

E o parecer!

Sala das Comissões, em 19.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

Em discussão.

O SR. JOSE ALVES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Projeto nº 79/92, do Deputado Costenaro Neto, que determina adição, a mistura de 22% de álcool à gasolina, eu quero que conste o meu voto contra, porque uma das boas coisas que nós temos hoje ainda é a gasolina; agora, se misturar 22% agora, de repente daqui a alguns tempos, mais um outro Projeto, mais uma percentagem, de repente aí nós não teremos mais a nossa gasolina pura como é.

Então, me perdoe o nobre e amigo Deputado Costenaro Neto, mas o meu voto, eu quero deixar bem patente, que é contra, acho que não deve ser misturada a nossa gasolina mais 22% de álcool, porque o motor que foi feito para ser funcionado a gasolina, ele deve ser a gasolina e não parte em álcool.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para encaminhar) Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Hoje parece ser o dia de ação de graças da Assembléia Legislativa, o Senhor Deputado Erondy Silvério tomou a iniciativa de impedir, e o Plenário não aceitasse e rejeitasse até mesmo Mensagem Governamental, e que foi aceita pelo Senhor Líder da Bancada do Governo.

Estamos diante de um Projeto do Deputado Antônio Costenaro Neto, onde Sua Excelência solicita, através deste, que se adicione percentual maior de álcool anidro ao combustível a gasolina. Essa matéria foi objeto de apreciação ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e recebeu parecer favorável contra três votos de

membros daquela Comissão. É matéria eminentemente inconstitucional, se aprovada por esta Casa, se aprovado este Projeto pela Assembléia Legislativa, não tem como, porque o Senhor Governador do Estado fazer aplicar, visto que é assunto que compete exclusivamente ao Conselho Nacional de Combustível; e hoje a Nação brasileira tem conhecimento de super-safra de cana, onde o Brasil deverá produzir este ano, cerca de treze bilhões de litros de álcool, que poderão ser perfeitamente adicionados à gasolina.

É matéria de competência do Governo Federal, e tecnicamente, perfeitamente possível. Não quero refutar as afirmações do nobre Deputado José Alves, que acha que a nossa gasolina é muito boa; pelo contrário, é uma das piores gasolinas do mundo.

Mas, esse Projeto, eminentemente inconstitucional, não sei como poderá o Senhor Governador do Estado sancionar, diante da evidente inconstitucionalidade, razão porque, mantendo o voto que fizemos ontem na Comissão de Constituição e Justiça, somos contra a aprovação deste Projeto, pediríamos o bom senso do Plenário para que não votasse uma matéria flagrantemente inconstitucional.

O SR. ERNANI PUDELL (Para encaminhar) -

Quero ratificar a opinião aqui emitida pelo ilustre Deputado Colombino Grassano. Quero também reforçar, dizendo que esta Casa não pode se expor a uma situação vexatória de aprovação de um Projeto desta natureza, que invade flagrantemente a competência constitucional da União.

E quero também aqui deixar registrado quanto ao mérito, algumas dúvidas relativas a esse Projeto. Se hoje efetivamente nós temos uma super-safra na produção de álcool, todos aqui se recordam que há pouco tempo nós tivemos graves e delicados problemas no abastecimento deste combustível. A produção de álcool está sujeita a variações climáticas e principalmente à instabilidade na política do Governo Federal.

Nós poderemos chegar amanhã a uma situação em que essa obrigatoriedade de adição de 22% poderá se tornar inconveniente pela ausência de produção correspondente.

Então, estamos perante um problema de excesso de produção conjuntural e não podemos transformar isso em lei, ainda mais quando nós não dispomos da devida análise técnica e da produção do futuro desse combustível.

Quero aqui também registrar a minha preocupação quando se falou aqui na questão do meio ambiente. Todos nós sabemos que se por um lado o álcool, ele diminui a expedição de gases de veículos automotores, por outro lado, a produção também da

cana-de-açúcar traz problemas ambientais seriíssimos, como inclusive, a produção de subprodutos indesejáveis que normalmente são lançados ao meio ambiente; isso sem contar que ocupa áreas de cultivos alimentares.

Quero também registrar aqui a minha preocupação com os efeitos da adição desse combustível sobre os motores dos veículos que hoje estão sendo construídos e equipados para um determinado percentual de álcool na gasolina.

Poderíamos ter, inclusive amanhã, ações de proprietários de veículos que tiveram danos ou que tiveram prejuízo em razão dessa adição.

São algumas dúvidas técnicas que este Parlamentar manifesta neste momento. O que é mais grave, esse dispositivo fere esta matéria e eu já fiz este apelo por inúmeras vezes ao Ilustre autor do Projeto, fere todos os princípios éticos de condução dos Parlamentares, e fere, inclusive, o artigo 160 do Regimento Interno.

Então, o bom senso determina que devemos preservar a imagem desta Casa e, mais do que isso, preservar inclusive, o próprio conceito ético e moral do autor desse Projeto. Então, por isso nós pedimos a retirada desse Projeto por parte do autor e se assim não o fizer, conclamamos os demais pares a votar contra esse Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 744, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 743, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 721, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 717, de autoria dos Deputados Senhora Emília Belinati e Doutor Rosinha, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos de nºs 719, 720, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 723, 725, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 726, 727, de au-

toria do Senhor Deputado Ernani Pudell, ambos com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 728, de autoria do Senhor Deputado Ernani Pudell, com apoio do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ALGACI TOLIO (Para Encaminhar) - Só para complementar dizendo que, dentro da reivindicação para o Município de Almirante Tamandaré, para comunicar a esse Plenário que hoje pela manhã, na companhia de sua esposa que é Presidente da Associação das Esposas dos Deputados, nós entregamos ao Prefeito de Almirante Tamandaré um cheque no valor de sete milhões de cruzeiros em nome da Comissão que foi instituída por esta Casa que toma nota a sua Presidência, os Deputados Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Neivo Beraldin, Nelson Justus e Luiz Carlos Martins. A entrega foi feita hoje no Gabinete do Prefeito de Almirante Tamandaré.

Ao mesmo tempo estamos também reivindicando ao Ministério da Ação Social e também em conjunto com o Deputado Federal Max Rosenmann o envio de numerário para o Município de Almirante Tamandaré.

A primeira informação que eu tenho é de que será enviado àquele Município a importância de 320 milhões de cruzeiros, que não é o suficiente mas de qualquer maneira está chegando alguma coisa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores que aprovam o Requerimento do Deputado Ernani Pudell conservem-se como estão.

Aprovado.

Requerimento de nº 724, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 731, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 739, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 738, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 737, 736, 735, 734, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 733, 732, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. A Di-

retoria Legislativa.

Requerimento de nº 745, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Gostaria que o Senhor nos informasse se esse requerimento do Deputado Toti Colaço se refere aos Departamentos de Correios e Telegrafos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Este é referente a casas populares.

Requerimento de nº 746, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente conforme entendimento mantido com Vossa Excelência na tarde de ontem, em especial com o Deputado Renato Adur era para ter constado na Ordem do Dia de hoje redação final do Projeto 492 que institui o Conselho da Criança e do Adolescente.

Eu requeiro a Vossa Excelência que determine a inclusão da redação final desse Projeto 492 para a sessão de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 158, 386, 465, 492 e 525/91;

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 510/91;

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS EMÍLIA BELINATI E DOUTOR ROSINHA, EM SESSÃO DO DIA 20 DE MAIO DE 1992

I Encontro Parlamentar Nacional Sobre

"Democracia e Saúde"**DECLARAÇÃO**

Os Parlamentares Brasileiros - Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais - reunidos em Brasília os dias 12 e 13 de maio de 1992, participantes do 1º Encontro Parlamentar Nacional Sobre "Democracia e Saúde" convocado pela Organização Panamericana da Saúde (OPS/OMS).

CONSIDERANDO:

1º - Que os problemas sociais do País, e neles os de saúde, são decorrência do processo histórico de desenvolvimento baseado num modelo gerador de profundos desequilíbrios e iniquidades estruturais, agora agravados pela crise econômica e pelas políticas de ajuste;

2º - Que a democracia, entendida na sua acepção de valor Universal e substantivo, constitui condição essencial para a obtenção de uma melhor qualidade de vida, incluída a garantia de saúde para o conjunto da população brasileira;

3º - Que a concentração de renda e da riqueza e as desigualdades regionais, ambas reproduzidas pelas políticas públicas em geral, e pela orientação dos investimentos em particular, constituem fatores determinantes do estado de saúde da população brasileira;

4º - Que o prolongamento do processo recessivo, ao aprofundar a crise econômica do País, deteriora ainda mais as condições e a qualidade de vida da maioria da população brasileira, colocando obstáculos ao processo de construção democrática;

5º - Que o setor saúde tem constituído uma das principais vítimas desse processo de deteriorização, junto a políticos também vitais como as de educação, habitação, nutrição, saneamento, ecodesenvolvimento, ciência e tecnologia e outros;

6º - Que a consolidação da democracia no País, entendida como o pleno exercício dos direitos de cidadania política, econômica e social, demanda a presença atuante dos parlamentares junto aos demais poderes do Estado e à sociedade civil organizada.

7º - Que a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) se vê entravada, principalmente, por falta de vontade política do executivo.

DECIDEM:

1º - Reiterar a imprescindibilidade do

princípio constitucional que estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado;

2º - Reconhecer a estreita relação entre desenvolvimento econômico social, processo de construção democrática e saúde da população brasileira;

3º - Reafirmar que a Constituição Federal de 1988 contém princípios e dispositivo que garantem os direitos de cidadania, sendo porém necessários avanços na democratização dos meios de comunicação e do acesso a propriedade da terra;

4º - Considerar desnecessária a revisão constitucional no que tange aos direitos sociais, reafirmando a necessidade de criação de mecanismos que garantam seu exercício;

5º - Afirmar que a presença do estado é essencial para promover a melhoria da qualidade de vida e acesso a bens e serviços básicos, garantido o caráter público da ação estatal;

6º - Comprometer-se com a transformação das condições sociais e a superação das desigualdades mediante a construção de um Projeto Nacional que oriente um modelo de desenvolvimento sustentado em uma ética que coloque como central o exercício dos direitos sociais;

7º - Trabalhar conjuntamente por uma distribuição da riqueza entre as pessoas, grupos sociais e regiões, base essencial para a consolidação da democracia no País;

8º - Fomentar a ativa participação dos parlamentares - Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores - na análise, discussão, formulação de propostas e execução de ações tendentes a melhorar a qualidade de vida da população brasileira sem agredir o ambiente, utilizando-se dos instrumentos disponíveis para reorientar o gasto público na direção desses objetivos;

9º - Participar ativamente na definição de papéis e competência das três esferas de Governo no SUS, assegurando recursos compatíveis com as respectivas atribuições;

10º - Promover a participação ativa dos parlamentares brasileiros na ECO-92, tendo em conta a articulação entre a questão ambiental, o desenvolvimento e a saúde da população;

11º - Contribuir com a consolidação do

processo de municipalização da saúde, com ampla participação da sociedade civil organizada, e em particular das Câmaras de Vereadores e dos Conselhos Municipais de Saúde como instâncias de controle social.

12° - Apoiar a realização da IX Conferência Nacional de Saúde, como espaço para a mais ampla e profunda discussão a nível nacional dos graves problemas do setor para a tomada de decisões que impulsionem a implantação do SUS;

13° - Fortalecer a capacidade técnica e de fiscalização dos parlamentares em todos os níveis, particularmente na elaboração e acompanhamento dos orçamentos federal, estaduais e municipais;

14° - Recomendar que os recursos do

SUS sejam prioritariamente destinados à melhoria da qualidade e das condições de atendimento básico de saúde da população;

15° - Saudar a iniciativa da Organização Panamericana da Saúde (OPS/OMS) ao, promover esta I Reunião de Parlamentares Nacionais sobre "Democracia e Saúde" e sugerir a continuação de atividades similares;

16° - Promover a realização de encontros de caráter sub-regional com parlamentares de nível estadual (Província ou departamento) dos países da América Latina, para discutir as relações entre Democracia e Saúde à luz dos processos de integração em curso. Para a obtenção deste objetivo, os participantes solicitam a cooperação da Organização Panamericana da Saúde.